Anaconda encontra mais suspeitos dentro da PF

Grampos feitos pela força-tarefa colocam outros 5 delegados e 8 agentes sob suspeita

EDSON LUIZ

Alex Silva/AE

Casem Mazloum: juiz federal também aparece citado nas transcrições de gravações telefônicas

BRASÍLIA – A análise das escutas telefônicas feitas pela Polícia Federal aponta para o envolvimento de pelo menos mais cinco delegados e oito agentes da PF no esquema de intermediação de sentenças judiciais descoberto durante a Operação Anaconda. Relatório confidencial da área de Inteligência da Polícia Federal, obtido pelo **Estado**, também mostra diálogos citando os juízes federais e irmãos Ali e Casem Mazloum, além de policiais civis de São Paulo e membros do Judiciário estadual.

O relatório transcreve trechos de conversas entre policiais e o agente César Herman e o delegado aposentado Jorge Luiz Bezerra da Silva. Os diálogos mostram o tráfico de influência exercido por Jorge Luiz em inquéritos em tramitação em Estados como Tocantins, Piauí e Pará. Numa das conversas, entre o delegado aposentado e sua secretária, ela dita uma minuta de um requerimento que seria enviado a um delegado federal para ser usado em processo de lavagem de dinheiro.

DIÁLOGOS MOSTRAM TRÁFICO DE INFLUÊNCIA

O grupo tinha ramificações e controlava casos envolvendo empresas de grande porte. Para isso, mantinha um grupo de informantes, identificado como subgrupo do primeiro nível. "Os informantes possuem a função de se infiltrarem em companhias telefônicas, órgãos da Justiça, Ministério Público, polícias e outras instituições, para que os intermediadores tenham acesso a dados cadastrais de pessoas físicas ou jurídicas, alvarás de autorização de monitoramento, dados de procedimentos criminais diversos, inquéritos e outros procedimentos administrativos", revela o documento. Nesse rol são listados seis agentes da própria PF e dois do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic).

No dia 2 de agosto do ano passado, dois integrantes do grupo conversam sobre uma quantia (R$ 10 mil) que teriam de levar a algum lugar para "resolver" casos com policiais. Um dos interlocutores diz que "teria em mãos um trunfo, para o caso de os investigadores apontarem".

Cúpula – Dois delegados fariam parte do primeiro escalão do grupo, conforme o relatório. O terceiro seria um facilitador dentro do esquema, mas fontes da PF admitem que o número de agentes envolvidos pode ser bem maior.

Em diálogo mantido entre Herman e um interlocutor, em 19 de março, o policial parece falar sobre uma negociação que supostamente teria passado por uma das divisões da PF. "Isso é para liberar o pedido, viu? Se sujar por cinco conto, três conto! Fala para ele esperar até a semana que vem, tá? Ou o Nivaldo vai resolver ou vai prá Fazendária (*Divisão de Polícia Fazendária da PF*). Com quem tá agora, se tentar mexer não vai resolver e vai desgastar mais", afirma Herman. A conversa era sobre a prisão de bolivianos e coreanos envolvidos com trabalho escravo em São Paulo. Na negociação, o agente afirma que não havia dinheiro envolvido, um recado que ele manda repassar a um deputado, sem citar nomes.

Na análise do referido material verificamos que há indícios veementes de que o investigado CÉSAR HERMAN RODRIGUEZ estaria intermediando a negociação de um "habeas corpus" junto ao juiz ALI MAZLOUM. O beneficiário do "habeas corpus" seria o empresário ARI NATALINO DA SILVA, preso em 30/04/03, acusado de crime contra a ordem tributária e sonegação fiscal. O advogado de ARI NATALINO, WELLINGTON CARLOS DE CAMPOS e o DPF ALEXANDRE MORATO CRENITTE realizaram as tratativas junto a CÉSAR HERMAN acerca do mencionado "habeas corpus".

Trecho do relatório: 'indícios' de negociação entre Herman e Ali